

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Célio Hiratuka, Hernandes Faustino de Carvalho, Laura Rinco Hassen Khaddour, Matheus da Silva Marcheti Martins, Ricardo Miranda Martins e Verónica Andrea González-López. Justificaram ausência à Sessão os seguintes membros: Dirceu Noriler e Rodolfo Jardim de Azevedo. Como convidada, compareceu a senhora Talita de Almeida Mendes. Havendo número legal, o SENHOR PRESIDENTE dá início à 174ª Sessão, submetendo à apreciação a Ata da Sessão 173ª, realizada em 27 de fevereiro de 2025. Consulta se há alguma observação. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 02 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 02 itens, começando pelo item 01 – Nº 01-D-11220/2025 –, que trata da submissão de demandas ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI, no valor total de R\$93,237 milhões. Informa que não são investimentos novos, são basicamente recursos para projetos já aprovados pela COP, mas em razão de licitações que foram interrompidas ou que tiveram que ser refeitas, em alguns casos, porque a empresa abandonou, os valores recalculados foram acrescidos. A Depi documentou bastante todas essas demandas, elas foram analisadas pela Aeplan e PRDU, e é isso que está sendo trazido à COP. Passa a palavra ao senhor Thiago. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o documento faz um resumo do que é o PPI, lembrando que na última reunião da COP trouxeram o fechamento de 2024 e apresentaram que R\$211 milhões são recursos livres. Há hoje na Aeplan diversas demandas novas, além dessas complementações, mas para esta pauta trouxeram tudo o que já foi aprovado e que hoje não tem recurso suficiente para ter continuidade. As três maiores obras nessa condição são: o prédio multiuso da FCA, que foi licitado, a empresa não fez, e agora está com nova licitação e precisa de um apoio de R\$23 milhões a mais; o ginásio de esportes da FCA; e o Paviartes para a nova licitação, precisando de quase R\$12 milhões. De forma geral, estão trazendo só recursos para complementação do que é essencial para seguir essas demandas, e não estão trazendo grandes obras novas. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que às folhas 160 do documento consta um relato sobre a questão da construção do prédio multiuso de Limeira, com as diferentes dificuldades que ocorreram, e no último parágrafo está colocado que “devido à restrição contratual e considerando a necessidade de continuidade desta obra, a equipe técnica da Depi revisou o projeto de construção do prédio, atualizando a documentação técnica”, e é dali que decorre o acréscimo solicitado. Pergunta se seria possível pensarem em uma maneira de enquadrar isso melhor, quanto a multas no contrato, porque parece que acabou compensando para as empresas não continuar com a obra. Deseja entender quais são as amarras legais que estão enfrentando. Quanto ao Paviartes, que é a segunda obra em custo de complementação, também está entendendo que compensa essa empresa pagar uma multa e abandonar a obra, por

isso pergunta se, por exemplo, o projeto não reflete as dificuldades que ocorrerão na prática. Em relação ao ginásio, o que lhe chama a atenção é que o recurso foi alocado ainda com o projeto em desenvolvimento. Imagina que seja mais fácil depois complementar do que pedir tudo do zero, então pergunta se é isso mesmo. Às folhas 165, ficou para ela um pouco vago o pedido para “adequação nos prédios da FCA”, que teriam origem em um estudo feito por um grupo de trabalho, mas não encontrou quais foram as diretrizes desse grupo de trabalho. Imagina que esse GT tenha consultado especialistas e os órgãos superiores para validar suas impressões. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES responde que esse grupo de trabalho foi criado a partir de uma denúncia que foi feita, havia uma iminente notificação vinda do Ministério Público sobre as condições do prédio da FCA, então foi designado um grupo por portaria interna da própria FCA, um grupo misto entre a direção da FCA, grupo técnico da Prefeitura do *campus* de Limeira e Depi. Esse grupo só encaminhou os assuntos, a parte técnica foi toda para a Depi desenvolver e contratar a adequação desses serviços. Houve vários problemas durante a obra da FCA, em relação à qualidade da construção, e hoje veem uma série de patologias que são trazidas há mais de 10 anos, como pintura desgastada, pontos de infiltração, escada cujo piso vinílico está descolando etc. Portanto, com esses R\$11 milhões, há uma série de serviços a serem feitos em todos os prédios. De fato, não consta na pauta o relatório do GT, pode enviar depois, se precisarem, mas toda a parte técnica está sendo feita pela Depi. No caso do ginásio, observa que de fato têm tentado colocar os recursos para as obras mesmo antes de desenvolver o projeto, porque diagnosticaram em 2018, quando a Depi foi criada, que muitos projetos eram iniciados, gastava-se muito dinheiro com o projeto e depois não conseguiam construir. Uma das principais premissas que possuem hoje é ter o recurso antes de começar a desenvolver qualquer projeto. Em 2018, havia R\$8 milhões gastos em projetos cuja obra não conseguiram executar, o que é um desperdício de dinheiro, e os projetos ficam desatualizados. Então, colocam a estimativa do recurso, por isso veem tanta complementação aqui hoje, e essa variação é natural com o desenvolvimento do projeto. E tem sido natural também, mesmo depois do desenvolvimento do projeto, a atualização de preços. A Universidade é obrigada, pelo Tribunal de Contas, a atualizar o orçamento a cada seis meses, pelo Índice Nacional da Construção Civil, e a cada um ano precisam orçar a obra novamente. Então, seja pelo motivo de desistência das empresas em relação à obra contratada, ou porque demorou o processo de licitação, ou demorou para fazer o edital, há um número bastante grande em relação à atualização de orçamento, porque a obra não conseguiu começar a ser executada desde o primeiro preço da planilha, que precisa ser de seis meses. No caso do Paviartes, esse valor alto de R\$11 milhões ocorre porque, como estão na quarta licitação, vieram cobrindo as diferenças com recurso da PDO, que são aqueles R\$20 milhões distribuídos na PDO para a Depi, para investimentos em obras. Então, como vêm suprimindo isso com o valor da PDO, precisam ressarcir pelo PPI, porque é uma obra aprovada pelo PPI, para que tenham a PDO para ser investida nas reformas menores, naquelas outras demandas que a Depi cuida. Em relação ao projeto desajustado, todo projeto prevê a construção de alguma coisa, ele dá a expectativa de uma realidade que, no momento da obra, nem sempre ocorre. Mas provavelmente não é por isso que as empresas largam as obras, porque

há muitos casos de sucesso em que as empresas ganharam o contrato, começaram a obra, se depararam com imprevistos, tiveram que fazer alterações, e isso foi perfeitamente contornável. Dos casos que tiveram de a empresa ganhar o contrato e não conseguir ir adiante, há inúmeras situações. Acha que a maioria delas não olha o edital, não entende o projeto antes de participar, participa da licitação, ganha, e depois é que vai ver o que deve executar e aí desiste. O processo de penalização também não é rápido, então às vezes elas entram repetidamente nas licitações. Já viram casos de empresas que pegam obras do município, ou do governo federal, não recebem, quebram no meio do caminho e não conseguem atender a Unicamp. Então, os motivos são diversos. Em relação ao prédio multiuso de Limeira, essa diferença é grande porque a obra é grande, ela começou em R\$84 milhões e está em R\$103 milhões hoje, mas ela se deve à atualização, já que se passaram vários meses. O SENHOR PRESIDENTE pergunta à senhora Talita se é possível ver alguma diferença em obras que tenham sido já realizadas dentro da lei 14.133. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES responde que já tiveram três obras contratadas na 14.133, mas elas acabaram de começar; são a reforma aqui da PG, a reforma do EA<sup>2</sup> e o elevador da Faculdade de Educação. Mas elas estão começando agora, portanto não conseguem ainda fazer nenhuma avaliação. Sobre as diferenças referentes à atualização de preços, informa que só em razão de demora de processo administrativo, no último ano, foram 37 atualizações de planilha, o que corresponde a 2,4% do valor estimado inicialmente. O senhor MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que há um assunto correndo na Universidade, mas que ainda não aparece na COP, sobre a questão da mudança de regime, em 2013, do pessoal que ingressou entre 1985 e 1988, de CLT para Esunicamp. Isso foi julgado pelo STF como inconstitucional e agora tem uma determinação para que eles voltem para a CLT. A volta para a CLT impacta em uma alocação de recursos da Universidade em alguns pontos, como o pagamento de FGTS, pagamento da diferença do SPPREV para INSS, e talvez ainda imposto de renda ou alguns outros fatores que possam implicar. Uma conta rápida que fez é que isso daria em torno de R\$300 milhões. Haja vista que esse é um processo que deve andar com uma certa velocidade dentro da Universidade e é um valor que não dá para jogar para frente, acha que deveriam prever isso dentro das despesas que vão acontecer dentro do PPI, porque é um valor considerável. O SENHOR PRESIDENTE diz que essa é uma questão que preocupa a todos, e as reuniões que foram realizadas com os servidores envolvidos e com a Procuradoria Geral mostraram que há muita indefinição. Terão que fazer os cálculos, mas certamente o valor não virá do PPI, que é recurso para investimento, e sabem que, muitas vezes, os recursos não saem de uma vez só, são parcelados. Esse assunto vai ter que voltar em algum momento na COP, mas quando tiverem mais segurança jurídica e mais informações. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS pergunta se as obras que foram elencadas na pauta são todas as que estão nessa situação, de que já tiveram mérito aprovado e precisaram passar por um recálculo, ou se a Depi fez uma seleção dentre as que estão nessa situação. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES responde que são todas, e já começaram, com o processo já em andamento. As duas únicas que ainda não começaram, estão em fase de final de projeto, são a da FCA e a substituição da cobertura do prédio da Engenharia Básica. Não

1 havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à votação a matéria, que é  
2 aprovada com cinco votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 02 – 40-D-5557/2025 –,  
3 que trata da solicitação de recursos para pagamento de horas extras, no valor de R\$148.693,68,  
4 aos profissionais que atuarão na campanha de vacinação contra a gripe, no período de abril a  
5 agosto de 2025. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que na pauta  
6 há um quadro elencando os profissionais para os quais essas horas estão previstas: enfermeiro,  
7 técnico de enfermagem e apoio. Entende que é necessário ter um pessoal de apoio, para os  
8 registros e demais tarefas, mas não conseguiu compreender a diferença entre enfermeiro e  
9 técnico de enfermagem, se sempre é preciso ter os dois ou se pode ser só um deles. O SENHOR  
10 PRESIDENTE diz que vão levantar a informação junto ao Cecom e repassam aos membros da  
11 COP. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 05  
12 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, abre a palavra  
13 aos membros que desejem se manifestar no Expediente. A Professora VERÓNICA ANDREA  
14 GONZÁLEZ-LÓPEZ pergunta qual a jornada mínima para o servidor fazer jus ao vale-refeição  
15 e por que esse número mínimo. Foi procurada por um deles, que mudou de número de horas e  
16 sente falta desse suporte. O SENHOR PRESIDENTE esclarece que seguem a legislação, isso  
17 não é um regramento da Universidade. Acredita que seja acima de 24 horas, portanto não podem  
18 pagar para cargas menores do que essa. Trazem essa informação no expediente da próxima  
19 COP, após checarem com a DGRH. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que  
20 em um grupo de WhatsApp de docentes alguém contestou a ideia de o VR só ser pago em dia  
21 trabalhado, pensando em um dia em que a pessoa esteja no afastamento para uma banca, por  
22 exemplo. Sendo um afastamento por interesse da unidade, para participar de uma banca de  
23 doutorado, talvez ela devesse receber. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que  
24 normalmente ela não recebe para não ter o duplo benefício, porque, provavelmente, ela está  
25 recebendo a diária como ajuda de custo. Inclusive, para solicitar a diária, a pessoa precisa pedir  
26 o afastamento exatamente para isso, para não receber o VR e a diária. O Professor RICARDO  
27 MIRANDA MARTINS diz que esta é a sua última reunião na COP, então agradece pelas  
28 discussões. A COP é uma comissão com poucos membros, a pauta, em geral, tem poucos itens,  
29 mas são itens discutidos à exaustão aqui. A importância da comissão se reflete no quanto os  
30 membros da CAD e do Consu dão valor a um item aprovado na COP, quando vai para a pauta,  
31 pois todos entendem que foi bem discutido, olhado com lupa cada item. Aprendeu bastante aqui  
32 na COP sobre as questões orçamentárias e financeiras da Universidade, então agradece ao  
33 professor Fernando, ao senhor Thiago e aos colegas da comissão. O SENHOR PRESIDENTE  
34 diz que esta é a última COP desta gestão, agradece muito a todos, porque realmente aqui tem  
35 sido um debate de alto nível, com contribuições fundamentais que nasceram aqui dentro, como  
36 foi a ideia do Plano Plurianual de Investimentos, que é um instrumento importante que  
37 proporcionou um salto de R\$5 milhões, em média, para algo que chegou próximo de R\$40  
38 milhões em investimentos, somando recursos do PPI e da PDO. Isso mostra a importância do  
39 instrumento, mas também mostra como os órgãos da Universidade têm se aperfeiçoado diante  
40 de toda essa dificuldade que foi a própria mudança da legislação nas licitações e o que é fazer

obra no setor público. Não é uma coisa trivial, mas acha que estão avançando com qualidade e com muita segurança jurídica. A Acadêmica LAURA RINCO HASSEN KHADDOUR diz que o Consu de 1º de abril vai ser muito importante, principalmente com relação à aprovação das cotas trans, que é uma política de permanência muito importante para todos os estudantes, para a Unicamp e para o Brasil todo. Solicita que os professores que vão dar aula agora das 16h às 18h liberem os estudantes 17h30, porque hoje tem a Assembleia Geral de Estudantes da Unicamp para debater sobre pautas que são muito importantes para todo o *campus*. Houve ataques na Universidade de vereadores de extrema direita entrando no *campus*, muitas viaturas, tentativa de prisão de um estudante, e a discussão das cotas trans que vão acontecer, para a qual convida todos os conselheiros a votar favoravelmente. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que levantou a informação sobre o item 02 da pauta, respondendo à dúvida da professora Verónica, de que existe uma legislação específica: o Conselho Regional de Enfermagem – Coren determina que pelo menos um enfermeiro sempre acompanhe o trabalho do técnico de enfermagem. Vão conferir com o Cecom se a quantidade de profissionais está correta e depois complementam a informação. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 27 de março de 2025.